

FONTE : FSPCLASS. : 1198DATA : 30 09 89PG. : A-3

Estado de Defesa pode ser decretado em RR

Da Sucursal de Brasília

O Ministério da Justiça cria na próxima semana uma missão especial para estudar a decretação do Estado de Defesa em Roraima. Instituído pela Constituição, o Estado de Defesa suspende a jurisdição das autoridades locais e põe a região sob controle do governo federal. A medida pretende acabar com a invasão de áreas indígenas por garimpeiros e com a violência resultante disto.

O ministro da Justiça, Saulo Ramos, afirmou que a comissão vai tentar encontrar soluções menos drásticas. "Vamos ver o que é possível fazer antes de pedir ao Congresso a decretação do Estado de Defesa. Vamos estudar também como o Estado de Defesa pode ser implantado."

Os conflitos gerados pelo garimpo em Roraima e as agressões aos índios da região —ianomami, maxuxi, wapixana, taurepang e ingaricó— foram apresentadas a Saulo Ramos no relatório "Roraima: O Aviso da Morte", elaborado pela entidade Ação Pela Cidadania. Criada por parlamentares e entidades civis —entre elas Ordem dos Advogados do Brasil, CNBB, SBPC, centrais sindicais e universidades—, a Ação pela Cidadania enviou uma comissão a Roraima no último mês de junho.

O relatório afirma que o número de garimpeiros nas áreas indígenas de Roraima pode chegar a 100 mil. Como consequência, afirma o relatório, ocorre a matança dos índios, a depredação da natureza e a evasão de riquezas, pelo contrabando do ouro garimpado.

O deputado federal Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), que participou da viagem a Roraima, não descarta a possibilidade de haver conexões entre o contrabando de ouro e o tráfico de drogas. "A rota dos traficantes passa perto dos garimpos." O ministro da Justiça também

afirma que esta hipótese é possível.

A principal razão para a decretação do Estado de Defesa é a incapacidade da Justiça e da polícia locais resolverem o problema. Saulo Ramos reconhece que os garimpeiros conseguem, através de violência e ameaças contra autoridades, evitar o cumprimento de decisões judiciais que determinam sua expulsão da região. O Estado de Defesa permitiria a ação da Polícia Federal e até do Exército, se for necessário.

O relatório da Ação pela Cidadania afirma que não basta tirar os garimpeiros da região. A entidade propõe uma "ação integrada", que conceda novas áreas para os garimpeiros, sob controle.

Saulo Ramos afirma que a decretação do Estado de Defesa não constitui nenhuma arbitrariedade. "É um remédio previsto pela Constituição". O ministro pediu a parlamentares e membros da Ação pela Cidadania que discutam a proposta para decidirem se concordam ou não. O próprio governo de Roraima será ouvido. "O Estado de Defesa não será uma intervenção."